



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638546 - SP (2021/0001128-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JOAO CARLOS DE JESUS NOGUEIRA
ADVOGADO : JOÃO CARLOS DE JESUS NOGUEIRA - SP376092
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS BATISTA DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS BATISTA DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Ação Penal n. 0006724-47.2004.8.26.0562).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo cometimento do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, porquanto "passou-se o extenso período superior a 16 (dezesseis) anos ex vi art. 109, inciso III, do Código Penal, logo temos: crime ocorrido em 09/05/2004, com sentença de 18/11/2008 e acórdão em 10/09/2009, assim, há constrangimento ilegal passível de ser reparado por meio da via eleita, haja vista deve ser declarada a extinção da punibilidade." (fl. 4)

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da extinção da punibilidade pela incidência da prescrição da pretensão punitiva.

Subsidiariamente, requer o redimensionamento do regime de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior

Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente